

GLOBALIZAÇÃO E MODERNIDADE

Manuel Correia de ANDRADE¹

- **RESUMO:** O texto questiona a idéia de que a globalização pertence a uma fase histórica em que haveria a integração entre os vários estados e nações. Essa integração, no entanto, sofre fortes resistências por parte da cultura, das tradições regionais e locais e sobretudo das religiosas.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Globalização; modernidade; pós-modernidade; neoliberalismo; igualização; fragmentação.

O processo de globalização

A globalização é hoje o tema central nas discussões entre cientistas sociais e políticos, havendo forte tendência entre estes de acreditar que o mundo passa por uma fase histórica em que caminha para a união e a integração entre os vários estados e nações. A nova ordem mundial caminhará para a formação de uma "aldeia global", na qual, sob uma autoridade única – o mercado – todos os povos confraternizarão e viverão momentos felizes, em níveis econômico-sociais e em situações políticas ideais. Seria alcançada a modernidade em que a sociedade teria abandonado as suas tradições e crenças e se integrado psicologicamente e culturalmente. Este ideal era defendido desde o início dos Tempos Modernos, séculos XVI e XVII, com o advento do capitalismo, no qual se afirmava que o desenvolvimento científico e a razão substituiriam todo o substrato tradicional que diferenciava os povos (Touraine, 1994). E aí seria alcançado o fim da história, com a paz mundial, como defende, nos dias atuais, um dos seus maiores corifeus (Fukuyama, 1992).

Esta é a ideologia defendida pelas grandes empresas e por organizações governamentais ligadas ao neoliberalismo, também chamado de liberalismo social; utilizam ao máximo os meios de comunicação para servirem de suporte a uma ordem internacional controlada ou comandada pelos Estados Unidos que, por intermédio de

¹ Pesquisador do Instituto Joaquim Nabuco – 52061-540 – Recife – PE.

órgãos os mais diversos, procuram impor ao mundo o controle e a dominação de suas concepções políticas e sociais. É uma nova forma de imperialismo – embora esta palavra esteja condenada como “troglodita” pelos adeptos da globalização –, que, com a mudança de escala, alterou as formas de dominar e explorar o mundo, ainda em desenvolvimento.

Uma análise objetiva do novo mapa do mundo faz ver que, na verdade, os Estados Unidos mantêm o controle político e militar do universo, servindo como um grande gendarme e intervindo de diversas formas nos vários pontos da superfície terrestre em que julguem os seus interesses ameaçados; mas, em contrapartida, dois outros pólos, com influência mundial, crescem e começam a pôr sombras na Pax Americana: o Japão e a União Européia, sob a liderança alemã. O Japão, após a derrota militar na Segunda Guerra Mundial, investiu intensamente nas áreas de ciência e tecnologia, explorando uma mão-de-obra relativamente barata, chegou a pôr em xeque, na área econômica, o domínio americano. E o despertar da Ásia pode fazer voltar a preocupação com o chamado “perigo amarelo” que, na década de 1930, pôs em guarda o mundo ocidental.

A União Européia, que hoje reúne cerca de doze países – Alemanha, Irlanda, Dinamarca, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido, França, Espanha, Portugal, Itália, Grécia – sob a liderança alemã, domina uma área de 2.200.000 km² onde vivia uma população de 349 milhões de habitantes, em 1994, dispondo em seu amplo território de recursos naturais bastante diversificados e de um alto desenvolvimento científico e tecnológico.

É verdade que no período do pós-guerra fria os Estados Unidos tiveram condições de montar instituições que têm um controle mundial da economia, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, além de poder manter, com alguma pressão sobre os seus tradicionais aliados, o controle da ONU, com poder de veto, permanente, no Conselho de Segurança.

Observando-se a superfície da terra, verifica-se que grandes extensões continuam ainda em uma fase de integração ao sistema-mundo, e que a cultura e as tradições regionais e locais, sobretudo religiosas, apresentam forte resistência à integração. Além disso, os grandes desníveis econômicos e sociais entre os vários países e as rivalidades nacionais constituem um forte fator de reação à integração e à dominação.

A primeira incógnita resulta da observação do território ocupado pela antiga União Soviética – atual Comunidade de Estados Independentes – e pelos países que estiveram sob o controle do sistema do socialismo real por quase quatro décadas, situados na Europa central e meridional. A República Federativa Russa, principal herdeira da União Soviética, apesar de se encontrar com a economia destrocada, ainda representa um território muito extenso – 17.075.400 km² – onde vive uma população de 147 milhões e 800 mil habitantes, dispondo de recursos imensos, cobiçados pelas potências ricas, e de um grande poderio bélico. Enfrentando problemas internos difíceis, como o do desejo de libertação de nações que continuam dominadas, como

a Tchecônia, a Tartária, a Yakutia (Calabuig, 1995) etc., não abandonou, porém, os seus apetites territoriais e imperialistas sobre as outras repúblicas da CEI que se separaram mas que têm problemas de desintegrarem a sua economia da economia russa; essas repúblicas são enfraquecidas internamente, pela existência de minorias de população russa que aí se estabeleceram durante a dominação imperial e soviética. Em algumas delas, como a Estônia e o Kasaquistão, os russos compreendem mais de 30% da população total. A desintegração soviética pode facilitar a integração das áreas periféricas a outros pólos, como o do Japão, ou tenderá a se reconcentrar, permitindo o surgimento de um quarto pólo.

Outra grande incógnita é representada pela China, com uma extensão territorial de cerca de 9.597.000 km² e uma população extremamente numerosa (1 bilhão e 192 milhões de habitantes) e predominantemente chinesa. Os vários povos não chineses existentes na República representam um baixo percentual na população total. Ela, após o período revolucionário e de transformações contundentes, como a revolução cultural (Cheng, 1994), partiu para implantar o chamado socialismo de mercado e para desenvolver áreas industriais, visando beneficiar não só a população nacional como também o mercado exportador. Como houve uma grande emigração chinesa para numerosos países do Sudeste da Ásia e do Leste da África, há grandes colônias chinesas que mantêm fortes ligações com a pátria e que podem dar origem à formação de um novo pólo de influência mundial. Em face da proximidade do Japão e das ligações culturais que mantêm com este e com outros países amarelos do Extremo Oriente, pode-se admitir duas hipóteses: a fusão do pólo chinês ao japonês, com um condomínio entre dois países, ou a formação de dois pólos concorrentes que ora se opõem um ao outro, ora colaborem.

Deve-se chamar a atenção, também, para o surgimento dos chamados Tigres Asiáticos – Coréia do Sul, Hong Kong (este será reintegrado à China dentro de três anos), Formosa e Cingapura –, nos quais investimentos capitalistas, em larga escala, desenvolveram indústrias que usam alta tecnologia e estão voltados para o mercado internacional. A grande vantagem destes “tigres” é que dispõem de mão-de-obra disciplinada e muito barata (os trabalhadores percebem salários da ordem de 30 dólares por mês) que permitem uma produção a baixo custo e altamente competitiva.

O Islã, compreendendo tanto os países árabes como outros países que se estendem desde a Índia até o Oeste da África, desperta-se e começa a enfrentar o Ocidente, sobretudo com o movimento fundamentalista vitorioso, inicialmente, no Irã, e em expansão em outros países, apesar de suas contradições internas e do enfrentamento com Israel, ponto de apoio americano no mundo árabe. É uma força em crescimento que pode trazer sérios problemas à Europa e aos Estados Unidos, sobretudo sabendo-se que nestes pólos existem minorias muçulmanas muito ativas.

A América Latina, apesar da proximidade dos Estados Unidos e das grandes diferenças existentes entre os países que a compõem, não deixa de ser uma preocupação para os poderosos do pólo dominante, em virtude das dificuldades existentes, dos baixos níveis de vida e da grande dívida social. Ocorre até que, com

a modernização nos moldes ocidentais, as diferenças sociais entre as várias regiões – desigualdades regionais – e entre as classes sociais se acentuem. São o crescimento econômico e a expansão da tecnologia empobrecendo a maioria da população que desce da pobreza para a miséria (Andrade, 1994).

A África ainda vive o trauma da colonização e do processo de descolonização, mantendo a divisão política do continente na forma empreendida pelos colonizadores, de acordo com os seus interesses, impedindo que ela se libertasse das condições desumanas em que foi colocada, enquanto em sua porção setentrional, árabe ou arabisada ela está profundamente ligada ao Islã e aos problemas políticos do Oriente Próximo; na porção negra ao sul do Saara, ela continua amorfa, dividida, espoliada pelas grandes empresas que a exploram desde o período colonial. Em muitas áreas, como a Somália, o Burundi, Moçambique e Angola, nem sequer se definiram estados coesos, como centros nacionais ou plurinacionais. E as empresas dividem o território que exploram, fazendo que a geoeconomia comande e determine os lances geopolíticos.

Finalmente, a Oceania, espalhada pelo Oceano Pacífico, compreendendo o continente australiano e as ilhas que formam a Nova Zelândia, conta com dois prósperos estados-nações britanizados, que apresentam níveis de desenvolvimento e bem-estar elevados, ao lado de uma pletera de pequenas ilhas habitadas por povos diversos, que foram transformados em estados com a descolonização, embora não disponham de recursos suficientes para manter uma eficiente máquina administrativa; apesar de independentes, permanecem à mercê das grandes potências dominadoras naquela área: o Japão e os Estados Unidos e, em menor escala, a Austrália e a Nova Zelândia.

A modernidade e a gênese da globalização

No momento atual, fala-se muito em termos como modernidade e pós-modernidade, considerando-se a primeira um estágio que seria atingido com o estabelecimento do domínio do racional, como fim de uma evolução e, conseqüentemente, como o alcance de um sistema permanente, definitivo. Esquece-se, porém, que não se chegou ao Fim da História (Anderson, 1992) e que o processo de desenvolvimento e mudança nunca chegará a um fim, porque sempre vão surgir novas necessidades, novos interesses e a procura de um novo ponto de equilíbrio, que também é passageiro e tende sempre a se desequilibrar, diante de novas pressões que estão permanentemente surgindo. É necessário que se faça uma rápida reflexão do processo, hoje chamado de globalização, e até mesmo sobre a precariedade de categorias como espaço e tempo.

Pode-se admitir que durante milênios o mundo esteve dividido em áreas diversamente organizadas e que não se intercomunicavam em virtude da dificuldade

de expansão gerada pela falta das condições técnicas então dominantes. Daí a existência de civilizações isoladas umas das outras como a chinesa, a européia, a maia, a hindu etc. O processo de unificação territorial iniciou-se com o intercâmbio comercial e de informações e, em seguida, graças aos grandes descobrimentos dos fins da Idade Média e início da expansão territorial européia. Essa expansão seria dirigida pelos primeiros estados nacionais surgidos dos fins do feudalismo (Wolff, 1986) e da formação de grandes sociedades comerciais. A unificação política e a acumulação de capitais provocariam as aspirações de europeização do mundo e a caracterização de culturas não européias, como inferiores; provocaria, também, o renascimento cultural e a reforma religiosa.

A expansão territorial extra-européia, iniciada no século XV pelos portugueses que desejavam controlar o comércio indiano, pelo Atlântico, lançou também na conquista de terras os espanhóis, os holandeses, os ingleses e os franceses. Até certo ponto, eles reeditavam o movimento feito, em menor escala, no Atlântico Norte pelos vikings, que chegaram à Groenlândia e ao Canadá, nos séculos IX e X, mas não dispuseram de recursos para desenvolver colônias. Primeiramente, no século XVI, foi feita a conquista do Atlântico, com a descoberta da América, e do Oceano Índico, marginalizando o comércio mediterrâneo e o do mundo árabe; em seguida, no século XVIII, foi feita a conquista do Pacífico, após numerosas explorações. Em três séculos, consolidaram os estados nacionais, desenvolveram a arte da navegação e, formando grandes companhias comerciais que passaram a explorar as colônias, exploraram de forma coercitiva os seus habitantes, modificaram a sua organização econômica e social (Bettelheim, 1964), transferiram nativos para as mais diversas áreas e os converteram compulsoriamente ao cristianismo, exploraram os produtos de grande demanda no mercado europeu. Mercado que, na segunda metade do século XIX, com o surgimento de novos estados, expandiu-se em uma escala mais ampla.

Assim, paulatinamente, em quatro séculos, o mundo foi ocidentalizado, europeizado e dividido em impérios coloniais que, no início do século XX, tinham como maior expressão o Império Britânico, com mais de 30.000.000 km², seguido pelo francês, pelo russo e, em formação, o americano, o italiano e o japonês. O Império Britânico substituiu o império espanhol, do reinado de Filipe II – no qual se dizia que nele o sol nunca se punha –, e se beneficiara da decadência desse império e, até certo ponto, do português. Americanos e japoneses procuraram dar legitimidade à sua expansão regional com doutrinas como a de Monroe, que afirmava “a América para os americanos”, enfrentando uma política de recolonização européia, e o japonês com o projeto de que “a Ásia deveria ser para os japoneses”.

A Segunda Guerra Mundial destruiu os impérios britânico e francês em suas formas políticas, mas permitiu que eles sobrevivessem como áreas controladas por comunidades econômicas; assim, eles não se desintegraram como acontecera com os impérios austro-húngaro e turco, após a Primeira Guerra Mundial. Mas os Estados Unidos, que saíram mais ricos da Segunda Guerra Mundial e não sofreram os impactos diretos do conflito em seu território, tendo destruído as pretensões japonesas no

Pacífico, reorganizaram o mundo em razão do estabelecimento de um domínio global sobre o planeta. Para isto, localizaram a Organização das Nações Unidas em Nova York e estimularam a formação de instituições que serviriam precipuamente aos seus interesses, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, a fim de controlarem a economia mundial. Suas empresas transnacionais passaram a ampliar a área de influência e de controle dos vários estados-nações, defendendo uma política de abertura econômica para os países pobres e dependentes e uma política protecionista para os países que se associaram a eles no clube dos ricos. Em uma visão economicista, os seus líderes ignoraram todas as tradições, costumes e rivalidades entre povos para que se transformassem apenas em produtores.

A sua maior vitória ocorreu nos fins da década de 1980, quando a Perestroika levou a União Soviética à bancarrota e à dissolução. Na verdade, a União Soviética, um império colonial construído pelos tzares e continuado pelos bolchevistas, tinha uma característica que a diferenciava dos demais: era formada por terras contínuas, permitindo que se organizasse como um único estado. Enquanto o sistema socialista alcançou sucessos, a dominação russa se consolidou, mas diante dos primeiros fracassos econômicos, técnicos e ecológicos os não russos da União passaram a reivindicar autonomia e independência. Associado ao problema externo – grandes débitos e necessidade de créditos –, os problemas interno – baixo nível de vida da população e falta de perspectivas de mudanças que elevassem a qualidade de vida e a rivalidade entre povos de culturas as mais diversas – contribuíram para detonar a crise que a eliminou. Pareceu, então, que o mundo se unificara e o sistema capitalista se expandia por toda a superfície da Terra.

A situação, para uns, pareceu otimista, sobretudo para os grupos nacionais e econômicos que se beneficiavam do novo equilíbrio, mesmo instável, que passaram a cantar a nova era como de unificação e da fraternização universal. O domínio do mercado livre corrigiria por si mesmo, diziam, todos os desequilíbrios e traria a paz universal. Aconteceu, porém, que o mundo não chegou à bíblica Canaan, terra onde havia abundância de leite e mel. Ao contrário, a globalização, em vias de implantação, trazia em seu ventre as sementes da “desglobalização”. Essas sementes encontraram solos férteis.

Assim, as primeiras desilusões foram de ordem econômica, apesar do grande trabalho desenvolvido pela mídia em “dourar a pílula”. Isto porque a aplicação de grandes capitais e de uma tecnologia mais sofisticada vem provocando uma concentração da riqueza, tanto em escala continental e regional como em escala social. As regiões ricas enriquecem cada vez mais e as pobres são enfraquecidas e desgastadas ecologicamente, num processo incontrolável; do ponto de vista social, os ricos também se tornam cada vez mais ricos, formam-se companhias que dispõem de mais recursos e poder do que os estados, que elas controlam, ao mesmo tempo em que aumenta o problema do desemprego e a pobreza se degrada em miséria; miséria que tem reflexos no crescimento urbano, na formação de áreas pobres em torno das cidades grandes e médias, criando impactos sobre os níveis de segurança e sanitário.

Além disso, a uniformização tentada pelo capital provoca impactos culturais, fazendo que a globalização seja acompanhada da fragmentação de territórios, com o ressurgimento de disputas nacionais em áreas habitadas por pequenos povos, bem diversificados, como ocorre na Iugoslávia – sérvios, croatas, bósnios, eslovenos, albaneses, macedônios etc. –; no Cáucaso, com a tentativa de independência de povos dominados, ora pela Rússia – tchecênios, – ora pela Geórgia – ossetios –, ora pela Turquia e Iraque – curdos e armênios etc. –; as chamadas lutas tribais na África, a luta pela sobrevivência dos povos indígenas na América e a reação dos negros e dos “chicanos” nos Estados Unidos, à procura de cidadania.

Ainda se deve levar em conta a questão religiosa, de vez que o sentimento religioso vem renascendo e as pessoas, perdendo a esperança de melhoria em vida, procuram-na para depois da morte. É interessante lembrar o renascimento das várias formas de esoterismo, de um cristianismo popular, desvinculado da Igreja Católica e das formas evangélicas tradicionais – Assembléia de Deus, por exemplo – e de formas que defendem a volta às religiões em suas formas mais primitivas, como o fundamentalismo islâmico e o judaísmo ortodoxo.

Essas renovações ou sobrevivências provocam uma ação política mais drástica dos grandes grupos econômicos que dominam os estados ricos. Basta que se observe como as Nações Unidas, lideradas pelos Estados Unidos, intervieram no Iraque, com grande presteza e usando recursos gigantescos, após a anexação do Kuwait, tentando eliminar um perigo que ainda é latente. Por outro lado, como as grandes potências e os grandes grupos econômicos se portam de forma indiferente diante da crise da Bósnia, em que milhares de pessoas são mortas e submetidas às maiores crueldades, em razão dos interesses sérvios de criar uma Grande Sérvia, e na própria Rússia, em que o mundo assiste, de braços cruzados, à matança selvagem feita na Tchecênia, certamente em nome dos ideais democráticos. Também a intervenção feita pela ONU na Somália, temendo-se que ela se tornasse um novo Vietnã ou Afeganistão.

O interesse político está tão dependente do interesse econômico que hoje já se pensa em modificar, em transformar a política de organização dos vários estados em conjuntos unificados, como a CEE, o Nafta, o Mercosul etc., que eliminariam as fronteiras alfandegárias e, uma vez eliminadas, se dividiriam os estados nacionais existentes em microestados, que se tornariam objetos de mais fácil controle por parte das empresas (Naisbitt, 1992). É interessante lembrar que Perroux (1960b), na década de 1960, já chamava a atenção para a tendência de as nações serem substituídas pelas grandes empresas, e de haver empresas que dispunham de uma maior quantidade de recursos do que nações de pequeno e médio portes.

Esses fatos necessitam ser observados e analisados em detalhes, a fim de que a opinião pública se conscientize de que as chamadas modernidade e globalização, que caminham paralelas, nem sempre trazem resultados positivos e que, muitas vezes, representam um retrocesso. O que hoje é considerado por radicais como atraso, como falta de atualização é reflexão sobre o preço elevado que se está pagando a uma falsa modernidade e a uma “idílica” globalização.

Os efeitos da globalização

A globalização se efetiva na aplicação de um modelo único para a organização política do mundo. Por meio dela se procura eliminar fronteiras, conduzir a economia a uma maior abertura e “racionalizar” a exploração dos recursos naturais, em razão da formação de um mercado único. A sua formalização política se traduz na aplicação do neoliberalismo, apontado como a meta final. Os percalços por ele provocados nos países que aceitaram o modelo econômico neoliberal, como ocorre, no momento, com o México, levam os neoliberais mais prudentes a falar em social liberalismo.

Com a globalização, se observa, no mundo, a ação de três tipos de agentes: os nacionais, os internacionais e os transnacionais. *Grosso modo*, os nacionais seriam os estados, que são, muitas vezes, representados por uma nação e, outras, por um conjunto de nações. Poucos são os estados rigorosamente nacionais, de vez que no território nacional ocorre a existência de uma nação dominante e de nações ou grupos nacionais dominados. Mesmo nos estados mais homogêneos, como a França, ocorrem em seu território movimentos ou reivindicações de nacionais bretões, flamengos, corsos e bascos. A Espanha é um país com grandes diversificações culturais e nacionais, com a porção central predominantemente castelhana, e com grupos nacionais que têm até língua própria, na periferia, como os bascos, os castelães e os galegos. Na Grã-Bretanha os ingleses não conseguiram ainda absorver as reivindicações dos galenses e dos escoceses. Em países de grande extensão territorial o problema é mais forte ainda, como se pode observar na Rússia, onde convivem mais de cem nações diferentes; na China, com chineses, mongóis, grupos turcos, muçulmanos e tibetanos; na Índia, também, com uma grande quantidade de povos etc. Na América Latina, observa-se a coexistência dos primitivos indígenas em alguns países, como o Peru, a Bolívia e o Equador, nos quais o contingente populacional indígena atinge percentuais muito elevados e de populações negras e hindus, geralmente dominadas pela minoria de origem européia que vive em estados plasmados por ela. O poder desses estados é limitado, internamente, pelas diferenças entre grupos étnicos e culturais e, externamente, pela necessidade de convivência com instituições internacionais e transnacionais, tão bem caracterizadas por O. Dolfuss (1990). Daí a fragilidade do conceito de soberania, que é muito expressiva nos grandes estados e cuja expressividade vai diminuindo em virtude da maior ou menor importância econômica e política dos pequenos e médios estados.

Para exemplificar, existem cerca de 180 estados reconhecidos juridicamente como tais, mas a importância e poder de cada um varia desde as dimensões gigantescas dos Estados Unidos e da Rússia até as dimensões lilliputianas dos pequenos “países-ilhas” do Caribe e da Oceania.

Nas organizações internacionais, os estados estão associados por meio de tratados que estabelecem formas de associação e de convivência. São representados, naturalmente, pela Organização das Nações Unidas e por seus órgãos, como a FAO,

a Cepal e a Unesco, entre outros, pelas organizações macrorregionais como a União Européia, o Pacto Andino ou o Mercosul etc., e agem dentro de limites legais preestabelecidos. Nestes órgãos, os países ricos detêm uma maior soma de poder, como ocorre na ONU, com o Conselho de Segurança, formado por cinco países com assento permanente – Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China – e outros temporários e eleitos que têm, praticamente, o controle da grande instituição internacional. Daí o poder que entidades deste tipo têm, apesar das fronteiras que separam os países, limitando a soberania destes dentro dos próprios territórios.

Além desses organismos internacionais, encontram-se os chamados transnacionais que se formam em torno de objetivos e idéias e cujo poder se espalha por numerosos países, sem respeitar fronteiras. Neste grupo situam-se as religiões, as ideologias políticas organizadas em partidos e grupos, as instituições científicas e culturais, as organizações ecológicas, esportivas etc. Claro que as organizações religiosas têm o poder extraordinário em alguns países, chegando até a controlar a vida política daqueles que se organizam como estados teocráticos e que travam luta entre facções. É interessante lembrar, nos dias de hoje, a luta dos fundamentalistas islâmicos com os muçulmanos sunitas, em um mundo convulsionado, ou das guerras religiosas na Índia ou ainda do lamaísmo budista e tibetano que sustenta uma luta contra a expansão chinesa no Tibet. Fora dos grupos religiosos, que poder enorme têm, nos dias de hoje, organizações como a FIFA ou as promotoras de corridas de automóvel?

Ao se tentar mapear o mundo, pode-se fazê-lo tendo como objeto precisar a projeção espacial, tanto de estados como de instituições programadas e dirigidas por organismos internacionais ou transnacionais.

Fazendo-se uma projeção partindo de cima para baixo, analisando-se estados e organizações, pode-se imaginar que o mundo se apresentará em um processo linear de uniformização, de igualização que, com o desenvolvimento, com o progresso, tende a se uniformizar; os homens passariam a viver nos mesmos sistemas, nas mesmas condições e com os mesmos ideais. Situação bastante favorável à divisão do território entre os grandes grupos transnacionais que exploram os seus recursos e as suas populações. Uma análise mais detida, mais crítica, e feita de baixo para cima, leva o observador a ver que este processo de uniformização é causa de um processo dialético de diversificação, fazendo que o esperado equilíbrio gere o desequilíbrio, como se tentará fazer no item seguinte.

As contradições

O próprio processo de globalização, como já se disse, provoca o processo de fragmentação e a evolução não é linear, contínua em relação a um ponto determinado. Daí o fracasso dos vários modelos desenvolvimentistas gerados por pessoas e

instituições preocupadas em controlar o crescimento e conduzi-lo em razão dos grupos dominantes. Esses grupos, reformulando o liberalismo e mantendo o primado do capital, estão conduzindo o processo de globalização, falando-se até na consolidação, por séculos, da Pax Americana.

O sistema-mundo em produção, porém, gera as contradições que podem destruir ou retardar e mudar a direção de sua trajetória. Esta pode ser observada em dois ângulos: o externo e o interno. O primeiro pode resultar na formação de novos pólos de escala internacional (Perroux, 1960a; Andrade, 1987) além dos já existentes – Estados Unidos, Japão e União Européia – como a Rússia com o grande potencial de que ainda dispõe, a China em grandes transformações, procurando atrair para si os chineses da “diáspora” e as populações muçulmanas da Ásia Central, o da Índia, na porção meridional da Ásia, e do Islã no Oriente Próximo e Médio. Até mesmo, lembrando-se das dimensões continentais do Brasil e da Austrália, pode-se, a longo prazo, imaginar a elevação destes países, de pólos regionais a pólos de escala mundial. Para que estas posições se definam, é necessário muito tempo e muita luta. Poderá a Rússia absorver os povos que estiveram sob a sua dominação secular e organizá-los como um bloco? Poderá a China, enfrentando a concorrência japonesa, expandir a sua influência nos chamados mares meridionais? Poderá, ainda, a China intensificar a sua influência em área vizinha à Rússia e na qual domina a religião islâmica? Poderá a Alemanha, que tem dificuldades de absorver a sua porção oriental, após a unificação, reconstruir a sua área de influência na Europa central e meridional e incorporá-la ao universo europeu? Terá a Índia condições de se libertar de suas tradições seculares e recuperar influência sobre os países da Ásia meridional, defrontando-se com a concorrência chinesa e japonesa? Poderá o Brasil, com o Mercosul e com outros organismos regionais em projeto, levar sua influência aos países da América do Sul e do Caribe, às vistas e sob a influência de Washington? Poderá a Austrália, país branco e subpovoado (10 milhões e 700 mil habitantes), resistir à influência cada vez mais forte do Japão que, naturalmente, desejará consolidar as influências territoriais no Pacífico e no Índico, sobretudo sabendo-se da pobreza em recursos naturais do seu território? Todas estas questões são levantadas e dificilmente poderão ser respondidas.

Além deste problema, há, naturalmente, o desejo, em cada bloco, de os países líderes manterem o controle não só econômico como também político daqueles de menor expressão populacional, econômica e bélica. Pressões que são bem concretas no bloqueio a Cuba, que perdura por mais de trinta anos. E essas pressões, ora mais sutis ora mais explícitas, tendem a levantar entre os países dominados um maior sentimento nacional, um desejo de afirmação diante do mais forte. Essas pressões também não são iguais em todo o território de um país, de vez que em cada estado-nação há sempre uma área central e uma periferia e quase sempre o domínio das forças centrípetas é mais forte no núcleo, aglutinadas em torno da capital do que na periferia, permitindo que muitos países possuam nações absorvidas na periferia ou que, ao contrário, tenham a sua periferia sob o controle de países vizinhos. Para citar

um exemplo, é bom lembrar o caso do povo húngaro, que tem um estado nacional na área central, em torno de Budapeste, mas os seus nacionais ocupam vastas porções de estados vizinhos, como a Romênia – Transilvânia –, a Eslováquia e a Sérvia – Vajvodine.

Há, ainda, o problema dos países que não são geograficamente multinacionais mas possuem em seu território contingentes populacionais numerosos diversificados, convivendo com os dominantes, como ocorre com a população negra dos Estados Unidos, na Venezuela e no Brasil. População negra que chega a ser majoritária em muitos dos pequenos países do Caribe, na América Central e nos Andes, onde os contingentes indígenas habitam as áreas montanhosas mais afastadas, mas hoje, graças às migrações internas, eles são muito numerosos nas cidades, sobretudo nas capitais, como ocorre no Peru (Vargas Llosa, 1994).

Nos países que detiveram impérios coloniais ainda ocorre o que se pode chamar “a vingança do Terceiro Mundo”, de vez que, com a independência, numerosos grupos se opuseram a esta e tiveram, após sua realização, de se transferir para a metrópole. Assim, são numerosos os hindus, árabes e negros na Inglaterra, os vietnamitas e argelinos na França, os africanos em Portugal, os indonésios e guianos na Holanda etc. Mesmo nas situações em que não houve colonização verifica-se tal processo, como é o caso dos turcos que são muito numerosos e discriminados na Alemanha. Esses imigrantes trazem seus costumes e suas tradições para o país que os colonizou, provocam a ameaça demográfica – na França há mais de um milhão de muçulmanos. Esses fatos provocam reações que se configuram, hoje, no perigo do renascimento do fascismo e do nazismo. Como se poderia formar a “aldeia global” em um sistema-mundo em que os países mais fortes adotem formas nazi-fascistas de ação e de controle social?

Os países ricos também vêm atraindo imigrantes de todos os recantos da Terra, fazendo que uma população, até certo ponto homogênea, caminhe para um processo de heterogeneização, que terá um custo muito elevado ao proceder de forma democrática para atender reivindicações diversificadas de grupos humanos diversificados.

Finalmente, convém lembrar que a globalização vem acentuando os desníveis econômicos e sociais e criando uma população miserável ao lado de uma superpopulenta; e esta população miserável não tem mais paciência de acompanhar a pregação dos líderes socialistas que procuram modificar a sociedade por meios democráticos: ela passa a buscar caminhos mais rápidos, aglutinando-se em torno de lideranças ligadas a atividades criminosas, como o contrabando e o tráfico de drogas. Organizações que, movimentando muito capital, podem não só empregar os desempregados e os marginais, como também levar uma certa assistência ao povo pobre, habitante das periferias das grandes cidades, atendendo à necessidades que o Estado devia atender mas não o faz. Daí a popularidade de alguns líderes do banditismo e do narcotráfico e a grande presença e apoio popular aos seus sepultamentos, quando mortos em ação, por parte de pessoas que admitem ter perdido os seus protetores. A história recente tem demonstrado que é muito mais fácil ao poder público reprimir os

líderes sindicais e revolucionários do que os contraventores. Isto porque estes últimos têm mais apoio da população e porque, provocando a circulação de grandes somas, estão geralmente ligados ou infiltrados no meio da alta burguesia que consome e financia o produto.

Mesmo assim, a situação de desespero a que as classes menos favorecidas vão sendo levadas pode provocar a eclosão de revoltas que podem gerar revoluções visando a uma transformação social, mesmo porque o socialismo real, produto de uma tentativa de aplicação do marxismo à realidade russa, desmoronou, mas os ideais de um socialismo libertário e democrático, que pretenda alcançar reformas desejadas pelo povo, ainda subsiste e só em determinado momento histórico pode se dizer quando e onde ele pode eclodir e até ter sucesso. Uma revolução traída ou desestruturada pode vir a ser uma experiência que, por sua vez, pode gerar novas revoluções e a história carrega em sua trajetória um pouco de imprevisibilidade.

Finalmente, pode-se admitir que o processo de globalização se encontra em curso como uma busca para atingir metas pós-modernas e atingir o fim da história (seria o paraíso?); mas ele, conduzido pelo neoliberalismo, ainda tem um longo caminho a percorrer e encontra pela frente múltiplos obstáculos à sua realização. Só o século XXI dirá se chegou ou não a alcançar a etapa de "um mundo só", da unidade na diversidade, meta difícil de ser alcançada dentro de um modelo neoliberal.

ANDRADE, M. C. de. Globalization and modernity. *Perspectivas* (São Paulo), v.17-18, p.13-25, 1994/1995.

- **ABSTRACT:** The text discusses the idea that globalization belongs to a certain future time in History in which there would be a complete integration between all the states and nations. This integration is strongly held back by culture, regional and local traditions and most of all by religious traditions.
- **KEYWORDS:** Globalization; modernity; post-modernity; neo-liberalism; equalization; fragmentation.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.
- ANDRADE, M. C. de. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. *Modernização e pobreza: a expansão da indústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.
- BETTELHEIM, C. *Planification et croissance accélérée*. Paris: François Maspero, 1964.
- CALABUIG, E. Yakoutie, naissance d'une nation. *Le Monde Diplomatique*, jan., 1995.
- CHENG, J. *Cisnes selvagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- DOLFUSS, O. Le système-monde. In: BRUNET, R. (Dir.) *Monde nouveaux de la géographie universelle*. Paris: Reclus; Hachette, 1990. v.1.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- NAISBITT, J. *Paradoxo global*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.
- PERROUX, F. *La coexistencia pacífica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1960a.
- _____. *L'économie du XX^{ème} siècle*. 2.ed. Paris: PUF, 1960b.
- TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- VARGAS LLOSA, M. *Peixe na água: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- WOLFF, P. *Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.